



Ministério Público Estadual



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
EDUARDO TAVARES MENDES

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

CORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LUCIANO CHAGAS DA SILVA

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
EDUARDO TAVARES MENDES - Presidente

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

FÁBIO ROCHA CABRAL DE VASCONCELLOS

LUCIANO CHAGAS DA SILVA

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

ARTRAN DE PEREIRA MONTE

JOSÉ ARTUR MELO

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDUARDO TAVARES MENDES - Presidente

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

LUCIANO CHAGAS DA SILVA

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
ANTÔNIO JORGE SODRÉ VALENTIM DE SOUZA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
SIDRACK JOSÉ DO NASCIMENTO

DIRETOR DO 1º CAO
LUIZ DE A. MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

CHEFE DE GABINETE
FERNANDO AUGUSTO DE ARAÚJO JORGE

DIRETOR GERAL
JOSÉ MAURÍCIO LAURINDO MAUX LESSA

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO
IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO
JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE PESSOAL
DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DO CENTRO DE GERENCIAMENTO DE INFORMÁTICA
MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA
ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
ALEXANDRE HENRIQUE DA SILVA LINO

Procuradoria-Geral de JUSTIÇA

DIRETORIA GERAL

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. EDUARDO TAVARES MENDES, DESPACHOU, NESTA DATA, OS SEGUINTE PRO-CÉSSOS:

Processo nº PGJ - 1759/2010

Assunto: Requerendo Providências

Interessado: Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas

DESPACHO

1. Tendo sido atendida a providência requerida através da Resolução CPJ nº 03/2011, arquite-se.

2. Publique-se.

3. Cumpra-se.

Proc: 914/11.

Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.

Assunto: Encaminhando documentos (Proc. 1.11.000.000754/2010-19).

Despacho: Acolho o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.

Proc: 1.001/11.

Interessado: Mario César de Albuquerque Pessoa, funcionário desta Procuradoria-Geral de Justiça.

Assunto: Encaminhando documentos.

Despacho: Em face da análise dos comprovatórios das despesas, retornem os autos à DCF para a baixa das respectivas responsabilidades.

Proc: 1.108/11.

Interessado: Diretoria de Gerenciamento de Informática desta PGJ.

Assunto: Requerendo autorização.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo - Aquisição de fontes de alimentação redundantes para uso da Diretoria de Gerenciamento de Informática para atender o servidor de dados da Procuradoria Geral de Justiça e Promotorias de Justiça. Apresentação de Termo de referência e orçamento nº 032/2011 elaborado pelo setor de compras. Aplicação do art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93. Possibilidade de contratação direta pelo menor valor com a empresa Itautec S/A perfazendo um valor total de R\$ 1.696,14 (hum mil seiscentos e noventa e seis reais e quatorze centavos). Existência de informação de disponibilidade financeira e orçamentária. Pelo deferimento, após o suprimento das exigências ora exaradas".

Processo nº PGJ - 1138/2011

Assunto: Requerendo diligência

Interessado: Corregedor do CNMP

DESPACHO

1. Tendo sido atendida a diligência requerida, arquite-se.

2. Publique-se.

3. Cumpra-se.

Processo nº PGJ - 1179/2011

Assunto: Encaminhando Resolução

Interessada: Doutora Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre

DESPACHO

1. Junte-se aos autos:

a) A Certidão do Excelentíssimo Senhor Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, na qual consta que a minuta de Resolução que dispõe sobre o controle externo da atividade policial no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas foi apreciada e aprovada, à unanimidade, pelo Colendo Colégio de Procuradores de Justiça do MPE/AL,

na Sessão de 04 de maio de 2011, tomando esta o número 03 e publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas, edição de 06 de maio de 2011, às fls. 37/38;

b) Cópia da Pauta do CPJ/MPE/AL agendada para 04 de maio de 2011, com a respectiva publicação no DOE/AL, e c) Cópia da Resolução do CPJ/AL nº 03, de 04 de maio de 2011, com a respectiva publicação no DOE/AL.

2. Em face do que consta da Resolução CPJ nº 03/2011, de 04 de maio de 2011, publicada no DOE/AL em 06 de maio de 2011, em cotejo com as Resoluções CNMP de números 20 e 65, resta disciplinado o controle externo da atividade policial no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas.

3. Posto isto, determino que seja encaminhada cópia deste despacho à Interessada, bem como cópia da Resolução CPJ nº 03/2011, visando complementar a resposta ao Ofício-Circular nº 004/2011/NAC-SG/CNMP, recebido nesta PGJ/AL em 11 de abril de 2011.

4. Publique-se.

5. Cumpra-se.

6. Após o cumprimento deste decisum, arquite-se.

Proc: 1.203/11.

Interessado: 5ª Vara do Trabalho de Maceió.

Assunto: Encaminhando documentos.

Despacho: Acolho o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.

Proc: 1.217/11

Interessado: Secretaria de Estado de Defesa Social.

Assunto: Encaminhando documentos.

Despacho: Acolho o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.

Proc: 1.337/11.

Interessado: Diretoria de Gerenciamento de Informática desta PGJ.

Assunto: Requerendo diárias.

Despacho: Prejudicado. Arquite-se.

Proc: 1.338/11.

Interessado: Roberto Filipe de Almeida Coimbra, funcionário desta PGJ.

Assunto: Requerendo diárias.

Despacho: Prejudicado. Arquite-se.

Proc: 1.353/11.

Interessado: Dra. Dalva Vanderlei Tenório, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerendo abono de permanência.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Constitucional. Previdenciário. Membro do Ministério Público. Requisitos para aposentadoria voluntária. Abono de permanência. Inteligência do art. 2º, § 5º da EC nº 41. Regra de transição. Pelo deferimento face o preenchimento dos requisitos para a concessão do abono de permanência. Encaminhe-se à Diretoria de Pessoal para às providências cabíveis".

Proc: 1.356/11.

Interessado: Diretoria de Gerenciamento de Informática desta PGJ.

Assunto: Requerendo autorização.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo - Termo aditivo de prorrogação de prazo do contrato de prestação de locação e manutenção de impressoras nº 19/2009 firmado com a Meyer Comércio e Serviços Ltda. Pedido temporário. Procedimento administrativo advindo do certame licitatório modalidade preço presencial nº 07/09 e processo administrativo nº 888/09. Justificada a prorrogação pelo gestor do contrato e comprovada a vantajosidade da prorrogação, face a permanência dos valores contratados. Apresentação de 03 (três) cotações no mercado local. Aplicação do art. 57, incisos I e II da Lei nº 8.666/93. Previsão recepcionada pela cláusula oitava do contrato e no edital. Apresentação das certidões demonstrando a regularidade jurídica e fiscal da empresa. Existência de informação de disponibilidade orçamentária e financeira. Pelo deferimento".

Proc: 1.412/11.

Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.

Assunto: Encaminhando documentos (Proc. 1.11.000.000126/2011-14).

Despacho: Encaminhem-se à douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1.413/11.

Interessado: Escola Superior do Ministério Público - ESMP.

Assunto: Requerendo prorrogação de prazo de validade de processo seletivo.

Despacho: Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 1.420/11.

Interessado: Agência Nacional do Petróleo - ANP.

Assunto: Encaminhando documentos.

Despacho: Encaminhem-se à douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1.465/11

Interessado: Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal.

Assunto: Encaminhando documentos (Proc. nº 0051200-37.2008.8.02.0001).

Despacho: Acolho o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.

Proc: 1.466/11.

Interessado: Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal da Capital.

Assunto: Encaminhando documentos (Proc. 003600-15.2011.8.02.0001).

Despacho: Encaminhem-se à douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1.468/11

Interessado: Dra. Amélia Adriana de Carvalho Campelo, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Vistas à Assessoria Especial para as providências.

Proc: 1.472/11

Interessado: Dr. Wladimir Bessa da Cruz, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerendo afastamento de suas funções.

Despacho: Defiro o afastamento, Ad Referendum do Conselho Superior do Ministério Público.

Proc: 1.472/11

Interessado: Dra. Amélia Adriana de Carvalho Campelo, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Vistas ao Dr. Luiz Vasconcelos.

Proc: 1.477/11.

Interessado: Banco Industrial e Comercial S/A (BICBANCO).

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Encaminhem-se à douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1.481/11.

Interessado: Dra. Margarida Maria Couto Monte, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerendo diárias.

Despacho: Em face da Promotora de Justiça interessada está inserida na hipótese do art. 12 do Ato PGJ nº 06/11, indefiro o pleito. Arquite-se.

Proc: 1.486/11.

Interessado: Silvana Barbosa, Vereador de Meceió

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Encaminhe-se à Promotora de Justiça de Defesa da Saúde, do Idoso e do Deficiente - PRODSID.

Proc: 1.487/11.

Interessado: Associação do Fisco de Alagoas - ASFAL.

Assunto: Encaminhando documentos.

Despacho: Encaminhem-se à douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1.497/11.
Interessado: Assessoria Militar da Procuradoria-Geral de Justiça.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Defere-se. À DP para as providências cabíveis, em seguida, archive-se.
Proc: 1.500/11.
Interessado: Dr. Flávio Gomes da Costa Neto, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: À Consultoria Jurídica.
Proc: 1.510/11.
Interessado: Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas - GECOC.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhem-se à douta Assessoria Técnica para análise e parecer.
Denúncia Anônima nº 008/11
Interessado: Anônimo.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhem-se à douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

O CHEFE DE GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, DR. FERNANDO AUGUSTO DE ARAÚJO JORGE, DESPACHOU, NESTADADA, POR DELEGAÇÃO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 1.407/11.
Interessado: Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/AL.
Assunto: Encaminhando documentos (cópia do PA nº 5101-006114/2010).
Despacho: Remetam-se os autos à Promotoria de Justiça Coletiva Criminal de Atribuição Não Privativa.
Proc: 1.408/11.
Interessado: TRT da 19ª Região.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Remetam-se os autos à Promotoria de Justiça Coletiva Criminal de Atribuição Não Privativa.
Proc: 1.411/11.
Interessado: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Fundações.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhem-se à Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Municipal.
Proc: 1.416/11.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhando documentos (Proc. 1.11.000.001071/2010-71).
Despacho: Encaminhem-se à Promotoria de Justiça de São Luiz do Quitunde.
Proc: 1.417/11.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhando documentos (Proc. 1.11.000.001054/2010-33).
Despacho: Encaminhem-se à Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe.
Proc: 1.418/11.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhando documentos (Proc. 1.11.000.001367/2010-91).
Despacho: Encaminhem-se à Promotoria de Justiça de Pilar.
Proc: 1.419/11.
Interessado: Agência Nacional do Petróleo - ANP.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhem-se à Promotoria de Justiça de Igaci.
Proc: 1.429/11.
Interessado: Agência Nacional do Petróleo - ANP.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhem-se à Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Consumidor.
Proc: 1.430/11.
Interessado: Agência Nacional do Petróleo - ANP.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhem-se à 3ª Promotoria de Justiça de Arapiraca.
Proc: 1.437/11.
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhem-se à Promotoria de Justiça de Limoeiro de Anadia.
Proc: 1.439/11.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhem-se à Promotoria de Justiça de Murici.
Proc: 1.470/11.
Interessado: Juízo de Direito da 8ª Vara Criminal da Capital/Tribunal do Júri.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Encaminhem-se ao Setor de Protocolo para informar.

Proc: 1.471/11.
Interessado: Secretaria de Finanças de Maceió.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhem-se à Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Municipal
Proc: 1.483/11.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhando documentos (PI nº. 1.11.000.000487/2005-12).
Despacho: Encaminhem-se à 2ª Promotoria de Justiça de União dos Palmares.
Proc: 1.484/11.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhando documentos (PI nº. 1.11.000.000201/2011-39).
Despacho: Encaminhem-se à 2ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos.
Proc: 1.491/11.
Interessado: Movimento Nacional de Combate a Corrupção Eleitoral - MCCE.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhem-se à cópia às Promotorias de Justiça dos municípios elencados. Após, archive-se.
Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça, em Maceió, 09 de maio de 2011.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Oficial de Ministério Público/Diretoria Geral

PORTARIA PGJ nº 526 DE 09 DE MAIO DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor de ROSALVO FORTES FONTAN JUNIOR, Oficial de Apoio Administrativo, 01 (uma) diária, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), em face da despesa com seu deslocamento às cidades de Maravilha e Pão de Açúcar, no período de 14 a 15 de abril do corrente ano, a serviço da Procuradoria-Geral de Justiça, correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 527 DE 09 DE MAIO DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor de ALYSON ELVIS LIMA BALBINO, Técnico de Manutenção e Informática, 01 (uma) meia diária, no valor de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), em face da despesa com seu deslocamento à cidade de Porto Calvo, no dia 19 de abril do corrente ano, a serviço da Procuradoria-Geral de Justiça, correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 528 DE 09 DE MAIO DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor de JOSÉ RAIMUNDO DO NASCIMENTO, Assessor de Gabinete, Símbolo, AS-1, 02 (duas) meias diárias, no valor unitário de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), perfazendo um valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), em face da despesa com seu deslocamento às cidades de Arapiraca e Palmeira dos Índios, respectivamente, nos dias 01 e 06 de abril do corrente ano, a serviço da Procuradoria-Geral de Justiça, correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 529 DE 09 DE MAIO DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar 15/96 e em atenção ao pedido formulado pelo Promotor de Justiça designado do município de Traipu, Dr. ALBERTO TENÓRIO VIEIRA, resolve designar os Doutores LUIZ JOSÉ GOMES VASCONCELOS, 6º Promotor de Justiça Especial Criminal, de 3ª entrância e Coordenador do GECOC; MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA, Promotora de Justiça titular do 3º Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Estadual da Capital, de 3ª entrância e JOSÉ CARLOS SILVA CASTRO, 2º Promotor de Justiça de Penedo, de 3ª entrância e Coordenador do Núcleo de Defesa do Patrimônio Público, para atuarem, conjunta ou separadamente, com o Promotor de Justiça em exercício, nos procedimentos administrativos e judiciais que versam sobre a malversação do erário naquele Município, com efeitos retroativos ao dia 05 de abril do corrente ano.
Revoguem-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 530 DE 09 DE MAIO DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando das atribuições que lhe confere o art. 9º, inciso V da Lei Complementar Estadual nº 15/96 e em atendimento ao pedido formulado no Of. CJI nº 166/2011, resolve designar os Doutores PÉRICLES GAMA DE LIMA FILHO, 6º Promotor de Justiça Especial Cível e Criminal da Capital, de 3ª entrância; ALBERTO FONSECA, Promotor de Justiça titular do 1º Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva do Meio Ambiente, de 3ª entrância; CÍCERO GUEDES DA SILVA, Promotor de Justiça Titular do 2º Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente, de 3ª entrância; LINA ACIOLI LINS, 1ª Promotora de Justiça de Família da Capital, de 3ª entrância; ISAAC SANDES DIAS, 2º Promotor de Justiça Especial Cível e Criminal das Relações do Consumo, de 3ª entrância; ALBA NÍVEA DE BARROS MENDES, 9ª Promotora de Justiça Especial Cível e Criminal da Capital, de 3ª entrância; DELFINO COSTA NETO, 7º Promotor de Justiça Especial Cível e Criminal da Capital, de 3ª entrância; UBIRAJARA RAMOS DOS SANTOS, 10º Promotor de Justiça Especial Cível e Criminal da Capital, de 3ª entrância e MARIA DE FÁTIMA DE CARVALHO ALBUQUERQUE VILELA, 2ª Promotora de Justiça de Família, de 3ª entrância, para funcionarem como representantes do Ministério Público no evento "Justiça Itinerante" do projeto "Ação Global/ SESI", promovido pelo Tribunal de Justiça, a realizar-se no dia 14 de maio do corrente ano, no Ginásio do SESI, bairro do Trapiche da Barra, no horário das 8:00 às 17:00h.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 531 DE 09 DE MAIO DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando das atribuições que lhe confere o art. 9º, inciso V da Lei Complementar Estadual nº 15/96 e em atendimento ao pedido formulado no Of. CJI nº 179/2011, resolve designar os Doutores MARGARIDA MARIA COUTO MONTE, 6ª Promotora de Justiça de Família da Capital, de 3ª entrância; MAX MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA, Promotor de Justiça titular do 1º Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada do Consumidor, de 3ª entrância; DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA E SILVA, Promotora de Justiça Titular do 3º Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Consumidor, de 3ª entrância; FRANCISCO AUGUSTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, Promotor de Justiça titular do 3º Cargo da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Meio Ambiente, de 3ª entrância e JANE BRAGA QUIRINO LIMA, 1ª Promotora de Justiça das Sucessões, de 3ª entrância, para funcionarem como representantes do Ministério Público no evento "Justiça Itinerante", promovido pelo Tribunal de Justiça, a realizar-se no dia 21 de maio do corrente ano, na Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste-SEUNE, localizada na Avenida Dom Antônio Brandão, nº 204, Farol, nesta Capital, no horário das 8:00 às 17:00h.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES
Procurador-Geral de Justiça

Estado de Alagoas
Ministério Público Estadual
Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas

Ata da Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas

Aos 15 (quinze) dias do mês de dezembro do ano de 2010 (dois mil e dez), às 11 (onze) horas, na sala de Sessões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado de Alagoas, instalada no 4º andar do Edifício Sede do Ministério Público local, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, compareceram para a Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas os Procuradores de Justiça Doutores Eduardo Tavares Mendes, Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, Fábio Rocha Cabral de Vasconcelos, Luciano Chagas da Silva, Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Antiógenes Marques de Lira, Dilmar Lopes Camerino, Dennis Lima Calheiros, Vicente Felix Correia, José Artur Melo, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque e Afrânio Roberto Pereira de Queiroz. Ausente por força de licença especial o Procurador de Justiça Doutor Lean Antônio Ferreira de Araújo e, ainda, os Procuradores de Justiça Doutores Luiz Barbosa Carnaúba, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Walber José Valente de Lima e Artran de Pereira Monte, sendo presidida a Sessão pelo Procurador-Geral de Justiça Doutor Eduardo Tavares Mendes. Conforme a pauta, a presente Reunião Ordinária foi convocada para apreciar as seguintes matérias: 1ª (primeira), os extratos das Atas das Sessões dos dias 29.09.10, 27.10.10, 10.11.10 e 17.11.10, cujos conteúdos se encontram na íntegra em áudio na página da intranet do MPE/AL: <http://intranet.mp.al.gov.br/colégio/>; 2ª (segunda), a distribuição do Processo nº PGJ - 2973/2010 entre um dos insígnis Procuradores de Justiça, para fins de direito; 3ª (terceira), a distribuição do Processo nº PGJ - 1759/2010 entre um dos insígnis Procuradores de Justiça, para fins de direito; 4ª (quarta), explanação sumária da Procuradoria-Geral de Justiça sobre a Administração Superior do Ministério Público no ano de 2010, pauta esta invitada mediante expedientes de números 53 a 69 de 2010 do CPJ, datados de 10 de dezembro de 2010, e, ainda, publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas, edição de 13 de dezembro de 2010, às fls. 41. Iniciados os trabalhos as Atas foram aprovadas à unanimidade. Concernente aos itens 2º (segundo) e 3º (terceiro), restou dito, em face do Processo nº PGJ 2973/2010, o seguinte: Com a palavra o Procurador de Justiça Doutor Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto disse que quem deveria tratar desta matéria seria a Corregedoria do Ministério Público Estadual, pois esta caberia elaborar parecer ou projeto para encaminhar ao Colégio de Procuradores de Justiça, para que este, após relatório de um dos membros, deliberasse sobre a matéria. Após lida a inicial dos autos do Processo nº PGJ 2973/2010, prosseguiu-se a discussão, tendo o o Procurador de Justiça Doutor Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto defendido a extinção da Promotoria de Justiça Coletiva Criminal. Com a palavra o Procurador de Justiça Doutor Geraldo Barbosa Magela Pirauá asseverou que no seu sentir haveria mera ausência de organização interna no âmbito da Promotoria de Justiça Coletiva Criminal, podendo a Corregedoria-Geral do Ministério Público orientar esta organização, não tendo este Colegiado competência para definir as atribuições das Promotorias de Justiça coletiva, já que estas são dadas por força de lei. Acompanhou, portanto, o entendimento do Procurador de Justiça Doutor Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto no sentido da Corregedoria-Geral verificar o que está ocorrendo, para recomendar aos Órgãos Ministeriais desta Coletiva os termos para o seu devido funcionamento. Com a palavra o Procurador de Justiça Doutor Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá divergiu da posição do Procurador de Justiça Doutor Geraldo Magela Barbosa Pirauá dizendo que não se deve comparar o Colégio de Procuradores de Justiça ao Tribunal de Justiça Eleitoral, este sim Órgão de consulta, sendo o Colégio de Procuradores de Justiça o Órgão com poderes para definir as atribuições de qualquer Promotoria de Justiça, sendo este o entendimento do Conselho Nacional do Ministério Público, inclusive com precedentes, como foi o caso do Ministério Público do Estado do Maranhão. Propôs então que o Processo em apreço fosse endereçado à Corregedoria para apresentar uma solução provisória sobre o quanto requerido, sendo a proposta, de imediato, acolhida pelo Procurador-Geral de Justiça. Com a palavra o Procurador de Justiça Doutor Luciano Chagas da Silva salientou que somente através de uma nova lei poderia haver modificações das atribuições da Promotoria de Justiça Coletiva Criminal da Capital, por conseguinte propôs que os dois processos a serem distribuídos fossem encaminhados para a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas para que adequasse, da melhor forma, as atribuições entre os Órgãos que a compõe.

Deste modo, à unanimidade, restou decidido que o Processo nº PGJ - 2973/2010 fosse endereçado à Corregedoria-Geral para apresentação de proposta do quanto suscitado pela requerente. Concerne ao 3º item, Processo nº PGJ - 1759/2010, foi deliberado que este fosse endereçado ao Procurador de Justiça Doutor Antígenes Marques de Lira. No que tange ao item 4º (quarto), o Procurador-Geral de Justiça Eduardo Tavares Mendes passou a explicar sobre a Administração Superior do Ministério Público dizendo que agradecia o apoio recebido do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas, estando este Órgão máximo da Administração Superior unido, coeso, forte, o que redundou em avanços significativos e palpáveis, a exemplo da conclusão das sedes das Promotorias de Justiça em São Miguel dos Campos, Arapiraca, Santa do Ipanema, Traipu e Marechal Deodoro, bem como a locação do 1º andar do Edifício Blue Tower em Maceió, um complexo de onze salas, vinte dois gabinetes e mais de trinta computadores, destinadas a diversas Promotorias de Justiça da Capital; a desapropriação de grande prédio, próximo ao Fórum de Maceió, para funcionamento das Promotorias de Justiça da Capital; a elaboração de plano para adequação do gerencialmente da Central de Inquéritos Policiais; a nova sala de reunião dos Órgãos Colegiados; o número significativos de computadores adquiridos, saindo de cem unidades para quinhentas, além de aquisições de mobiliários e veículos. Demais disso, destacou que não há nenhum processo pendente, civil ou criminal, no Gabinete Procurador-Geral de Justiça. No tocante à administração financeira, o Ministério Público Estadual foi gerido de forma austera, visando investir em contratações, à exemplo da empresa que está fazendo o planejamento estratégico do Ministério Público, estando a elaborar os planos que projetará a Instituição Parquetina para o futuro, de forma sistêmica, através de metas e ações que tornarão as mais variadas atribuições ministeriais mais efetivas diante do único destinatário dos seus serviços, a sociedade. Destacou ainda que foram recuperados os valores das gratificações, das diárias e das acumulações, bem como estão sendo pagas as diferenças, inclusive aos aposentados, sem distinção de Órgãos de primeira ou segunda instância, tudo isto em face da harmonia imperante neste Colegiado. Os gastos foram ajustados e o orçamento foi incrementado em virtude do excelente relacionamento com o Poder Executivo. Agradeceu mais uma vez enfatizando a confiança depositada por este Colegiado, dividindo esta profícua gestão com o Colégio de Procuradores de Justiça, elogiando o labor e o apoio dos Doutores Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Luiz de Albuquerque Medeiros Filho, Fernando Augusto de Araújo Jorge, Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, Luciano Chagas da Silva, Antígenes Marques de Lira, Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, José Artur de Melo, e do Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas. Com a palavra o Procurador de Justiça Doutor Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto disse que sabia do seu exíguo tempo de permanência à frente da Corregedoria-Geral do Ministério Público, a qual teve a honra de chefiar nestes últimos quatro meses, participando neste lapso temporal de duas reuniões do Conselho Nacional do Corregedores do Ministério Público, no entanto, deixava a Corregedoria em excelentes mãos, sabendo que havia pequenas pendências a serem dirimidas, mas sob a batuta do futuro Corregedor-Geral Doutor Antígenes Marques de Lira, estas seriam deslindadas. Agradeceu ao Procurador-Geral de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça Substituto, ao Corregedor-Geral Substituto, desejando paz e saúde para todos. Como a palavra o Procurador de Justiça Doutor Márcio Roberto Tenório de Albuquerque falou da sua honra de participar do Colégio de Procuradores de Justiça a partir do ano de 2010, orgulhando-se de ser Procurador de Justiça e de ter como chefe da Instituição um Procurador-Geral de Justiça que só tem enaltecido o Ministério Público do Estado de Alagoas. Parabenizou a todos, desejando Feliz Natal. Com a palavra o Procurador de Justiça Doutor Luciano Chagas da Silva, lembrou do passamento do Dr. Francisco José Sarmento de Azevedo, que, não obstante este evento que muita entristeceu este Colegiado, no mais houve outros de tremenda alegria para o Ministério Público do Estado de Alagoas, fruto da harmonia que vige nesta Instituição. Destacou que o trabalho do Ministério Público do Estado de Alagoas vem sendo elogiado também em outras plagas, sendo motivo de aprovação diante do Conselho Nacional do Ministério Público. Salientou que o duodécimo do MPE/AL é insuficiente para pagamento de todos os atrasados, entretanto, a administração austera implementada pela Procuradoria-Geral de Justiça está dando azo para que todos recebam. Parabenizou também o Procurador-Geral de Justiça por isto. Felicitou ainda o Corregedor-Geral por sua gestão à frente da Corregedoria do Ministério Público Estadual. Com a palavra o Procurador de Justiça Doutor Geraldo Magela Barbosa Pirauá, destacou que a tônica dominante da presente gestão se resume na

palavra harmonia, destacando que aqueles que semeiam harmonia, semeiam perseverança, e quem a propaga a faz por conta da liderança, liderança esta que trata a todos igualmente, inclusive aqueles que eventualmente divergem do Procurador-Geral de Justiça. Desejou a todos os alagoanos um Feliz Natal. Com a palavra o Procurador de Justiça Doutor Afrânio Roberto Pereira de Queiroz disse que está honrado de pertencer a este Colegiado e pontuou que se sentia feliz pelo sucesso da Administração Superior, vez que de alguma forma, mesmo como uma partícula, concorreu para o patente sucesso. Desejou a todos um Feliz Ano Novo. Com a palavra o Procurador de Justiça Doutor Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, disse que o MPE vive engrandecido pela atual gestão, em um ambiente de harmonia e paz, propenso para o trabalho e, por conseguinte, para o cumprimento das atribuições Ministeriais. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a Reunião, com a ressalva do julgamento do Processo nº PGJ 418/2009, determinando a lavratura desta Ata em extrato, o que fiz como Secretário e sob a conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Eduardo Tavares Mendes
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza
Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

Estado de Alagoas
Ministério Público Estadual
Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas

Ata da Reunião Extraordinária Solene do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas

Aos 12 (doze) dias do mês de janeiro do ano de 2011 (dois mil e onze), às 09 (nove) horas, na sala de Sessões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado de Alagoas, instalada no 4º andar do Edifício-sede do Ministério Público Estadual, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, compareceram para a Reunião Extraordinária Solene do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público os Procuradores de Justiça Doutores Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, Luciano Chagas da Silva, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Antígenes Marques de Lira, Dennis Lima Calheiros, Vicente Felix Correia, José Artur Melo, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque e Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, ausentes por força de férias os Procuradores de Justiça Doutores Luiz Barbosa Camaíba, Walber José Valente de Lima, Dilmar Lopes Camerino, Artran de Pereira Monte e Eduardo Tavares Mendes e, ainda, o Procurador de Justiça Fábio Rocha Cabral de Vasconcellos, sendo presidida a Sessão pelo Procurador-Geral de Justiça Substituto em Exercício Doutor Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá. Determinada a leitura da pauta e do devido Termo de posse, deu-se início a posse do novel Ouvidor do Ministério Público do Estado de Alagoas, que prestou o devido compromisso e subscreveu o respectivo Termo, sendo declarado empossado neste cargo, conforme Ato - PGJ nº 04/2011, publicado no Diário Oficial do Estado, edição de 12 de janeiro de 2011, fls. 40. Franqueada a palavra, o Procurador de Justiça Doutor Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, em síntese apertada, saudou o novo Ouvidor e ressaltou as suas qualidades, predispondo-se ao auxiliá-lo neste mister. O Procurador de Justiça Doutor Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto destacou a necessidade de que a Ouvidoria realmente se faça presente, ouvindo os reclames da sociedade e providenciando o andamento destes. O Procurador de Justiça Doutor Afrânio Roberto Pereira de Queiroz salientou a vasta experiência profissional do Ouvidor Luciano Chagas da Silva, vez que desempenhou quase todos os cargos do Ministério Público Estadual e, ainda, de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, reunindo, portanto, todas as condições para o desempenho deste novo cargo. Disse ainda que com esta designação o Ouvidor Luciano Chagas da Silva assentava de forma definitiva seu nome nos anais da Instituição Ministerial. O Procurador de Justiça Doutor José Artur Melo asseverou que gostaria de ver a Ouvidoria dando o devido o andamento aos reclames, sem mora no processamento. Desejou também profícua gestão. O Procurador de Justiça Doutor Geraldo Magela Barbosa Pirauá afirmou que o Ministério Público do Estado de Alagoas recebe de braços abertos a Ouvidoria, forma de controle social externo dos reclames da sociedade, e que não ver dificuldade na tarefa deste Órgão, pois este consiste em ouvir e encaminhar a quem de direito. Teceu elogios ao trabalho do Promotor de Justiça Eládio Pacheco Estrela no tocante à minuta do projeto de lei que trata das atribuições da Ouvidoria. O Procurador de Justiça

Doutor Lean Antônio Ferreira de Araújo cumprimentou o novo Ouvidor, bem como os Conselheiros empossados e o Corregedor-Geral do Ministério Público. O Procurador de Justiça Doutor Antígenes Marques de Lira, Corregedor-Geral, rendeu homenagens ao Procurador de Justiça Luciano Chagas da Silva desejando-lhe profícua gestão. Disse ainda que não haverá sobreposição de atribuições entre a Corregedoria e a Ouvidoria, sobretudo por esta está sob a batuta do Procurador de Justiça Luciano Chagas da Silva. O Ouvidor, por sua vez, começou lembrando o seu ingresso no Ministério Público na data de 12 de janeiro 1977, e na data de hoje, também em 12 de janeiro, porém de 2011, trinta e quatro depois, veio tomar posse no cargo de Ouvidor. Não esqueceu de lembrar a sua primeira Promotoria de Justiça, na Cidade de Piranhas. Asseverou que Deus tem lhe dando certas missões que só Ele sabe o porquê. Lembrou que foi o primeiro representante do Ministério Público do Estado de Alagoas a compor o primeiro Conselho Nacional do Ministério Público, sendo o único representante do Ministério Público do Nordeste. Também, pela vez primeira, é o primeiro a ocupar o cargo de Ouvidor desta Instituição. Destacou que para o exercício deste trabalho mister se faz ser cortês, amável, sem que estes atributos signifique deixar de ser transigente com o direito e com a legalidade. Disse que o Ouvidor será o representante dos reclames do povo, bem como aquele Órgão que dará o devido encaminhamento destes. Agradeceu, por derradeiro, aos seus pares pelos votos de sucesso. O Procurador de Justiça Doutor Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá destacou que são muitas as virtudes que ornamentam a pessoa do Procurador de Justiça Doutor Luciano Chagas da Silva, e isto não é por acaso, haja vista que nacionalmente todos se lembram positivamente do Dr. Luciano. Parabenizou-o e lhe desejou sucesso. Ainda com a palavra o Presidente da Sessão, neste átimo declarou empossados os novos Membros do Conselho Superior do Ministério Público Estadual, sendo colhidas as assinaturas dos Conselheiros Márcio Roberto Tenório Albuquerque, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Luciano Chagas da Silva e Afrânio Roberto Pereira de Queiroz nos respectivos Termos de Posse. Por derradeiro, foi dado início à eleição do Corregedor Substituto do Ministério Público do Estado de Alagoas, sendo sugerido o nome do Doutor Márcio Roberto Tenório de Albuquerque pelo Procurador de Justiça Doutor Luciano Chagas da Silva, restando este aclamado pelo seus pares e imediatamente escolhido pelo Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas para integrar a Corregedoria, ora sob a sua chefia. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura desta Ata em extrato, o que fiz como Secretário e sob a conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá
Procurador-Geral de Justiça Substituto em Exercício

Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza
Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

Estado de Alagoas
Ministério Público Estadual
Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas

Ata da Reunião Extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas

Aos 10 (dez) dias do mês de março do ano de 2011 (dois mil e onze), às 09 (nove) horas e 37 (trinta e sete) minutos, na sala de Sessões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado de Alagoas, instalada no 4º andar do Edifício-sede do Ministério Público Estadual, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, compareceram para a Reunião Extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público os Procuradores de Justiça Doutores Eduardo Tavares Mendes, Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, Luciano Chagas da Silva, Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Antígenes Marques de Lira, Dennis Lima Calheiros, Dilmar Lopes Camerino, Vicente Felix Correia, Artran de Pereira Monte, José Artur Melo. Ausente por força de férias o Procurador de Justiça Doutor Afrânio Roberto Pereira de Queiroz e, ainda, ausentes os Procuradores de Justiça Doutores Fábio Rocha Cabral de Vasconcellos, Luiz Barbosa Camaíba, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Walber José Valente de Lima, Lean Antônio Ferreira de Araújo e Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. Declarada aberta a Sessão pelo Presidente, o Procurador-Geral de Justiça Doutor Eduardo Tavares Mendes agradeceu a presença de todos e passou a ler a pauta. Lida, o Presidente da Sessão passou a dizer que embora soubesse que as comunicações não são previstas em reuniões extraordinárias, mas pela necessidade de o Colendo Colégio tomar ci-

ência sobre as conclusões do Relatório Final da Inspeção realizada pela Corregedoria do Conselho Nacional do Ministério Público no Ministério Público do Estado de Alagoas, pedia vênias para explicar sumariamente sobre este e as medidas já adotadas pela Procuradoria-Geral de Justiça. Lembrou que a Corregedoria do Conselho Nacional do Ministério Público esteve aqui a convite do então Corregedor desta Instituição, o saudoso Doutor Francisco José Sarmento de Azevedo, que fora a Brasília solicitar uma correição no âmbito da Corregedoria local, sendo, entretanto, estendida a Inspeção para todo o Ministério Público Estadual, bem como para os demais Ministérios Públicos instalados em Alagoas. Salientou que quando aqui chegou a Corregedoria do Conselho Nacional do Ministério Público, a Instituição Parquetina do Estado de Alagoas possuía uma desestrutura histórica em razão dos seus parcos recursos, não se encontrando devidamente estruturada quando da Inspeção. De fato, quando da edição do Relatório Final de Inspeção, vários dos itens destacados já haviam sido dirimidos, inclusive com a ciência do Conselho Nacional do Ministério Público. Destarte, em razão da nota explicativa posta no site do Conselho Nacional do Ministério Público atinente à citada Inspeção, que da forma que foi redigida maculou, indevidamente, a imagem do Ministério Público do Estado de Alagoas, disse o Procurador-Geral de Justiça que fará uma moção de protesto perante o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça, cuja reunião se realizará na Cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na data de 18 de março de 2011, demonstrando a total indignação do Ministério Público do Estado de Alagoas sobre esta nota. Pertinente a este tema ainda falaram, nesta ordem, os Procuradores de Justiça Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Dilmar Lopes Camerino, Luciano Chagas da Silva, Vicente Felix Correia e Antígenes Marques de Lira. O primeiro, sobre as providências que foram adotadas diante do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, estas do conhecimento do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme expedientes que informavam o que vinha ocorrendo no tocante ao quanto solicitado por este Conselho. O segundo, Doutor Dilmar Lopes Camerino, destacou a impossibilidade de haver desvios no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, solidarizando-se e cumprimentando o Procurador-Geral de Justiça em face das atitudes que adotará diante do Conselho Nacional do Ministério Público. Por sua vez, o Doutor Luciano Chagas da Silva salientou que os processos ventilados pelo Conselho Nacional do Ministério Público que com ele estiveram, não se encontravam mais em suas mãos quando da Inspeção, estando ambos prescritos, conforme entendimento por ele adotado e agasalhado em segunda apreciação pelo Doutor Vicente Felix Correia. Este, por sua vez, salientou que nem tudo que o Conselho Nacional do Ministério Público propõe está correto, citando como exemplo a recomendação para imediata proposição de Ação Civil Pública em razão de ter sido proposta Ação Penal em desfavor de Órgão Ministerial. O Corregedor do Ministério Público, Doutor Antígenes Marques de Lira, também indignado com a nota explicativa citada pelo Procurador-Geral de Justiça, asseverou ainda o equívoco do Conselho Nacional do Ministério Público ao expor nomes de colegas no Relatório Final da Inspeção. Por fim, ainda sobre esse assunto, o Procurador-Geral de Justiça afirmou que o maior problema hoje no Conselho Nacional do Ministério Público é a falta de maior representatividade dos Ministérios Públicos Estaduais, pois entende que deveria ser ampliado o número de assentos neste Conselho oriundos destes Ministérios Públicos. Atinente propriamente à Pauta desta Sessão, vale dizer, sobre a minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre a criação da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas e dá outras providências; a minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores do Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição Federal, e altera o quadro de servidores efetivos e comissionados e dá outras providências; a minuta do Projeto de Lei que cria no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, a Ouvidoria, a Controladoria Interna, a Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, a Diretoria de Comunicação Social e Cerimonial e dá outras providências, e a minuta de Resolução que cria o Núcleo de Defesa da Mulher, no âmbito do 1º (primeiro) Centro de Apoio Operacional do Ministério Público Alagoano, bem como, à unanimidade, no 2º (segundo) Centro. No tocante à minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre a criação da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, após debate com maior participação dos Procuradores de Justiça Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, Dilmar Lopes Camerino, Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Vicente Felix Correia, Antígenes Marques de Lira e Eduardo Tavares Mendes, foram alteradas e suprimidas algumas das suas disposições, a saber: o artigo 10 (dez) que passou a ter a seguinte redação: Fica instituído o programa "Voluntariado do Ministé-

rio Público do Estado de Alagoas" sob a coordenação da Escola Superior do Ministério Público. O § 1º do artigo 10 (dez) foi alterado para ao invés de estabelecer a idade mínima de 16 (dezesesseis) anos, aprovou o Colegiado a idade de 18 (dezoito) anos, passando o dispositivo examinada a ter a seguinte redação: § 1º - Qualquer cidadão, maior de 18 (dezoito) anos de idade, poderá se inscrever como voluntário para prestar serviços aos diferentes órgãos do Ministério Público do Estado de Alagoas. Concerne ao § 5º do art. 10 da minuta sub examine, entendeu por bem o Colégio Suprimi-lo. Votada a proposição do Procurador de Justiça Doutor Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, restou mantida, por maioria, a íntegra do artigo 5º da minuta em questão. Ante a complexidade de se firmar a natureza jurídica do que viria a ser a Escola Superior do Ministério Público, o Procuradores de Justiça Doutor Dilmir Lopes Camerino pediu para analisar com maior vagar esta minuta, sendo-lhe concedido o quanto postulado, restando suspensa a apreciação das demais disposições da referida minuta. Quanto aos demais pontos da pauta, em face do avançar da hora, o Colégio deliberou pelas apreciações destes na próxima Sessão do Colégio. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura desta Ata em extrato, o que fiz como Secretário e sob a conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Eduardo Tavares Mendes
Procurador-Geral de Justiça

Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza
Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

PORTARIANº 01/2011

A Promotoria de Justiça de Traipu e Promotores Designados, através dos Promotores abaixo subscritos, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8º, §1º, da Lei Nacional nº 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional nº 8.625/93,

CONSIDERANDO que:

- 1 - Há informações acerca de possíveis irregularidades praticadas no Município de Traipu, referentes à gestão de serviços públicos, tais como educação, saúde, obras e urbanismo;
- 2 - Foi noticiada ainda ausência de prestação de contas, por parte do Poder Executivo, junto ao Poder Legislativo, dentre outras supostas irregularidades;
- 3 - Foi publicada, no Diário Oficial do Estado de Alagoas, a Portaria PGJ n.º 395/2011;
- 4 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para isso, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;

RESOLVE:

Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 01/11, para assegurar os preceitos da Legislação Pátria, em especial o artigo 37 da vigente Constituição da República. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

- I. Determinar que o procedimento transcorra em sigilo, dentro dos limites legais;
- II. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;
- III. Expedir os ofícios necessários.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 09 de maio de 2011.

Maria Cecília Pontes Carnaúba
Promotora de Justiça

José Carlos Castro
Promotor de Justiça

Luiz José Gomes de Vasconcelos
Promotor de Justiça

Alberto Tenório Vieira
Promotor de Justiça

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS - ESMP-AL

O DIRETOR DA ESMP-AL, SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ, NESTADATA:

Considerando o princípio constitucional da publicidade e os poderes delegados pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça;

Considerando a existência de vaga no Programa de Estágio do Ministério Público do Estado de Alagoas;

CONVOCA, abaixo, os aprovados no 3º Processo Seletivo para o quadro de vagas e formação de cadastro de reserva de Estagiários do Ministério Público do Estado de Alagoas para assumirem vagas no referido programa, nas respectivas comarcas:

" MACEIÓ:

- HOMERO EUGENIO DO NASCIMENTO SANTOS (110º);
- LARISSA JOBIM JORDAO (111º);
- VICTOR MARQUES MEDEIROS (112º);
- CAYENNE FREITAS DE CARVALHO (113º);
- DANIELA DA SILVA FONSECA (114º);

INFORMA, ainda, que os convocados deverão comparecer à Escola Superior do Ministério Público de Alagoas, no endereço Rua Humberto Mendes, nº 636 (acesso pelo portão da rua lateral do prédio), 1º andar, Bairro Poço - Maceió-AL, no prazo de 7 (sete) dias úteis, a partir desta data, sob pena de perda da respectiva vaga, munidos da seguinte documentação obrigatória:

- a) Documento oficial de identidade e CPF (original e cópia);
- b) Comprovante de residência (original e cópia);
- c) Título de eleitor com comprovante da última votação (original e cópia) ou Certidão da Justiça Eleitoral comprovando quitação eleitoral;
- d) Carteira de reservista (original e cópia);
- e) Certidão de nascimento ou de Casamento (original e cópia);
- f) 03 (três) fotos 3x4;
- g) 02 (duas) vias da Declaração de vínculo com uma das instituições de ensino superior conveniadas ao Ministério Público do Estado de Alagoas, informando que está matriculado e frequenta um dos dois últimos anos do curso de Direito;
- h) 02 (duas) vias do Comprovante de horário das disciplinas em que se encontra matriculado fornecido pela faculdade;
- i) 02 (duas) vias da Declaração de disponibilidade de tempo para a realização de estágio de 20 (vinte) horas semanais, no horário de funcionamento da Procuradoria Geral de Justiça ou Promotorias de Justiça;
- j) 02 (duas) vias da Declaração que não possui cargo, função e/ou estágio com vedação de acumulação prevista no artigo 19 da Resolução CNMP n.º 42/2009, de 26/06/2009;
- k) Certidões cível e criminal das Justiças Estadual e Federal;
- l) Outros documentos necessários solicitados pela Escola Superior do Ministério Público e/ou Diretoria de Pessoal do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Maceió, 9 de maio de 2011.

Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá
Procurador de Justiça
Diretor da ESMP-AL

Melba Cândida Evaristo de Oliveira e Silva
Oficial de Apoio Administrativo da ESMP-AL

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA Nº 010/2011

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS, DR. ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA, PROCURADOR DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES,

FAZ SABER a todos quantos do presente tomarem conhecimento que, a partir das 08:00 horas, realizar-se-ão, com fundamento nos artigos 75, inciso II e 76, Incisos I a III, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, e artigo 45 e seguintes, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público de Alagoas, **CORREIÇÕES ORDINÁRIAS**, nas Promotorias de Justiça abaixo nominadas:

PROMOTORIA	ENDEREÇO	DATA
1ª Promotoria de Justiça Especial Cível e Criminal	Rua Durval Guimarães, 401 - Ponta Verde	19/05/2011
2ª Promotoria de Justiça Especial Cível e Criminal	Praça Sinimbu, 119 - Centro - CEP: 57020-120	20/05/2011

Enquanto perdurarem as Correições Ordinárias nas referidas Promotorias de Justiça, qualquer do povo que se sentir prejudicado com a atuação do Ministério Público, poderá oferecer as reclamações que tiverem, escritas ou orais, podendo ainda direcioná-las à Corregedoria-Geral do Ministério Público. Nas Correições em apreço, deverá estar presente o Promotor de Justiça no exercício da Promotoria em questão. Eu, Almir José Crescêncio, Secretário-Geral desta Corregedoria, fiz digitar o presente Edital.

Maceió, 09 de maio de 2011.

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
Corregedor-Geral

>>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<<<

AO(S) 09º DIA(S) DO MÊS DE MAIO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTE SETOR DE PROTOCOLO.PROMOVEU ADEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.ATÉAS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

3ª CAMARA CIVEL

2011.000857-4
APELAÇÃO CIVEL CAPITAL APETE : ARSAL-AGENCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PUBLICOS DO EESTADO DE ALAGOAS APEDO : SANTA LAURA TRANSPORTES LTDA E OUTROS Entrada :26/4/2011 Retirada :28/4/2011 Devolução :9/5/2011 Saidap/TJ 9/5/2011

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 26/4/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
JOSE ARTUR MELO

CAMARA CRIMINAL

2011.001385-0
APELAÇÃO CRIMINAL CAPITAL APETE : MINISTERIO PUBLICO APEDO : JAMES VIEIRA DA SILVA Entrada :26/4/2011 Retirada :2/5/2011 Devolução :9/5/2011 Saidap/TJ 9/5/2011

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 26/4/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO

CAMARA CRIMINAL

2010.006310-6
APELAÇÃO CRIMINAL CAPITAL APETE : HAMILTON PEREIRA FILHO E OUTRO APEDO : MINISTERIO PUBLICO Entrada :26/4/2011 Retirada :2/5/2011 Devolução :9/5/2011 Saidap/TJ 9/5/2011

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 26/4/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO

CAMARA CRIMINAL

2011.001261-4
APELAÇÃO CRIMINAL CACIMBINHAS APETE : MINISTERIO PUBLICO APEDO : VALCI CAVALCANTE DA SILVA Entrada :28/4/2011 Retirada :2/5/2011 Devolução :9/5/2011 Saidap/TJ 9/5/2011

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 28/4/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO

CAMARA CRIMINAL

2010.002101-2
APELAÇÃO CRIMINAL CAPITAL APETE : JOSE ILTON BATISTA DO NASCIMENTO

APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :3/5/2011 Retirada :9/5/2011
Devolução :9/5/2011 Saidap/ TJ 9/5/2011

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 4/5/2011
Tipo: REDISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LEAN ANTONIO F.DEARAUJO

CAMARA CRIMINAL

2011.001224-3
APELAÇÃO CRIMINAL
ARAPIRACA
APETE :
WILSON DE SOUZA BARROS
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :18/4/2011 Retirada :26/4/2011
Devolução :9/5/2011 Saidap/ TJ 9/5/2011

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 18/4/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LEAN ANTONIO F.DEARAUJO

CAMARA CRIMINAL

2011.001475-9
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
RICARDO ALEXANDRE SOUZA
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :19/4/2011 Retirada :26/4/2011
Devolução :9/5/2011 Saidap/ TJ 9/5/2011

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 19/4/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LEAN ANTONIO F.DEARAUJO

SEÇÃO ESPECIALIZADA CIVEL

2010.000154-6
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (MANDADO DE
SEGURANÇA)
PENEDO
EMBARTE :
CLAUDEMOM SILVEIRA
EMBARDO :
ANGELA VIEIRA MOURA NASCIMENTO
Entrada :3/5/2011 Retirada :4/5/2011
Devolução :9/5/2011 Saidap/ TJ 9/5/2011

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 3/5/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
FABIO ROCHA CABRAL DE VASCONCELOS

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC

2011.001993-1
HABEAS CORPUS-T.P.CRIMINAL
PARIPUEIRA
PACIENTE :
SIDNEY DOS SANTOS:
Entrada :6/5/2011 Retirada :9/5/2011
Devolução :9/5/2011 Saidap/ TJ 9/5/2011

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 6/5/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

TANIA MARIA GOMES
ASSESSORA ADMINISTRATIVA

PROCOLO GERAL <<<<<<<<

AO(S) 09º DIA(S) DO MÊS DE MAIO O FUNCIONÁRIO
COMPETENTE DESTA SETOR DE
PROTOCOLO, PROCEDEU A DISTRIBUIÇÃO
AUTOMÁTICA, ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS
SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO
RELACIONADO(S):

CAMARA CRIMINAL

2010.002101-2
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
JOSE ILTON BATISTADO NASCIMENTO
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :3/5/2011 Retirada :9/5/2011
Devolução :9/5/2011 Saidap/ TJ 9/5/2011

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 4/5/2011
Tipo: REDISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LEAN ANTONIO F.DEARAUJO

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2010.002818-8
RECURSO ESPECIAL (APELAÇÃO CIVEL)
CAPITAL
RECORRTE :
ESTADO DE ALAGOAS
RECORRDO :
MARIA DE LOURDES DOS SANTOS
Entrada :9/5/2011 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 9/5/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2008.003745-8
RECURSO ESPECIAL (APELAÇÃO CIVEL)
CAPITAL
RECORRTE :
ESTADO DE ALAGOAS
RECORRDO :
DELMAN CONSTRUÇÕES LTDA
Entrada :9/5/2011 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 9/5/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2010.006671-7
RECURSO ESPECIAL (APELAÇÃO CIVEL)
CAPITAL
RECORRTE :
ARSAL-AGENCIA REGULADORA DE SERVIÇOS
PUBLICOS
DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRDO :
ATUAL VIAGENS E TURISMO LTDA E OUTROS
Entrada :9/5/2011 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 9/5/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2009.002074-8
RECURSO ESPECIAL (APELAÇÃO CIVEL)
CAPITAL
RECORRTE :
BOMPREGO SA-SUPERMERCADOS DO NOR-
DESTE
RECORRDO :
CLEIDE CORDEIRO DA SILVA
Entrada :9/5/2011 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 9/5/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2006.001869-6
RECURSO ESPECIAL (APELAÇÃO CIVEL)
CAPITAL
RECORRTE :
MUNICIPIO DE MACEIO
RECORRDO :
HUGO SALATIEL PALMEIRA CANUTO
Entrada :9/5/2011 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 9/5/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2010.005075-2
RECURSO ESPECIAL (APELAÇÃO CIVEL)
CAPITAL
RECORRTE :
MADEIREIRA CARAJAS LTDA
RECORRDO :
MARIA DE LOURDES DA SILVA
Entrada :9/5/2011 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 9/5/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2009.001626-8
RECURSO ESPECIAL (APELAÇÃO CIVEL)
CAPITAL
RECORRTE :
COMERCIAL BRILHANTE LTDA
RECORRDO :
ESTADO DE ALAGOAS
Entrada :9/5/2011 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 9/5/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2010.003531-0
RECURSO ESPECIAL (APELAÇÃO CIVEL)
SAO MIGUEL DOS CAMPOS
RECORRTE :
ANTONIO RANIERE LOPES E OUTROS
RECORRDO :
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DOS CAMPOS
Entrada :9/5/2011 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 9/5/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2009.003325-7
RECURSO ESPECIAL (APELAÇÃO CIVEL)
PORTO REAL DO COLEGIO
RECORRTE :
MUNICIPIO DE PORTO REAL DO COLEGIO
RECORRDO :
WEBERTON ANTONIO DOS SANTOS
Entrada :9/5/2011 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 9/5/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2010.003427-7
RECURSO ESPECIAL (APELAÇÃO CIVEL)
LIMOEIRO DE ANADIA
RECORRTE :
MUNICIPIO DE LAGOA DA CANOA
RECORRDO :
SEBASTIAO SIMPLICIO DA SILVA
Entrada :9/5/2011 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 9/5/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2010.000728-7
RECURSO ESPECIAL (APELAÇÃO CIVEL)
JOAQUIM GOMES
RECORRTE :
ESTADO DE ALAGOAS
RECORRDO :
NIVALDO JATOBA
Entrada :9/5/2011 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 9/5/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2009.004602-7
RECURSO ESPECIAL (APELAÇÃO CIVEL)
MATRIZ DE CAMARAGIBE
RECORRTE :
MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE

RECORRDO :
WASHINGTON LUIS MOURA GALVAO
Entrada :9/5/2011 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 9/5/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2009.004601-0
RECURSO ESPECIAL (APELAÇÃO CIVEL)
MATRIZ DE CAMARAGIBE
RECORRTE :
MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE
RECORRDO :
WANSINGTON LUIS MOURA GALVAO
Entrada :9/5/2011 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 9/5/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2009.004604-1
RECURSO ESPECIAL (APELAÇÃO CIVEL)
MATRIZ DE CAMARAGIBE
RECORRTE :
MUNICIPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE
RECORRDO :
WASHINGTON LUIS MOURA GALVAO
Entrada :9/5/2011 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 9/5/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2010.000691-7
RECURSO ESPECIAL (APELAÇÃO CIVEL)
PORTO REAL DO COLEGIO
RECORRTE :
MUNICIPIO DE PORTO REAL DO COLEGIO
RECORRDO :
JOSE ALOISIO DA ROCHA
Entrada :9/5/2011 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 9/5/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2008.000200-8
RECURSO ESPECIAL (APELAÇÃO CIVEL)
ARAPIRACA
RECORRTE :
VIVO SA
RECORRDO :
VANESKA MARIA MENDES BARBOSA
Entrada :9/5/2011 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 9/5/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CIVEL

2011.000023-1
RECURSO ESPECIAL (APELAÇÃO CIVEL)
CAPITAL
RECORRTE :
ESTADO DE ALAGOAS
RECORRDO :
MARIA RAIMUNDA DA SILVA CAVALCANTE
Entrada :9/5/2011 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 9/5/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
EDUARDO TAVARES MENDES

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC

2011.001993-1
HABEAS CORPUS-T.P.CRIMINAL
PARIPUEIRA
PACIENTE :
SIDNEY DOS SANTOS :
Entrada :6/5/2011 Retirada :9/5/2011
Devolução :9/5/2011 Saidap/ TJ 9/5/2011

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 6/5/2011
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

TANIA MARIA GOMES
ASSESSORA ADMINISTRATIVA

>>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<<

AO(S) '09' DIA(S) DO MÊS DE MAIO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

Proc. 1500/2011
Interessado:
DR. FLAVIO GOMES DA COSTA NETO, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
SOLICITANDO RESCISAO DE CONTRATO
Assunto:
DECURSO DO PRAZO DO ACORDO CELEBRADO
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1499/2011
Interessado:
DRA. KARLA PADILHA, DR. JOSE CARLOS CASTRO E DRA. STELLA CAVALCANTI
Natureza:
REQUERENDO DIARIAS E PASSAGEM AEREA
Assunto:
5º EVENTO REGIONAL DO PLANEJAMENTO ESTRATEGICO
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1498/2011
Interessado:
DRA. KARLA PADILHA REBELO MARQUES, PROMOTORA DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO PASSAGEM AEREA
Assunto:
EM SEU NOME E DO DR. FLAVIO GOMES DA COSTA NETO
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1497/2011
Interessado:
CHEFE DA AASSESSORIA MILITAR DESTA PGJ
Natureza:
REQ. IMPLANTACAO DE GRATIFICACAO
Assunto:
APOLICIAL DESIGNADO A REFERIDA AASSESSORIA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1496/2011
Interessado:
DR. LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO DIARIAS E PASSAGEM AEREA
Assunto:
EVENTO A SER REALIZADO EM BRASÍLIA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1493/2011
Interessado:
MINISTERIO PUBLICO DE CONTAS - ESTADO DE ALAGOAS
Natureza:
SOLICITANDO FIRMAR ATO DE COLABORACAO
Assunto:
COMPARTILHAMENTO DOCUMENTOS E INFORMACAO
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1501/2011
Interessado:
DR. LUIZ JOSÉ GOMES DE VASCONCELOS, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO DIARIAS E PASSAGEM AEREA
Assunto:
XIV INTERNATIONAL SECURITY FAIR - EXPOSEC
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1509/2011
Interessado:
JOSE MAURICIO LAURINDO MAUX LESSA, DIRETOR GERAL DESTA PGJ
Natureza:
REQ. AQUISICAO DE MATERIAL
Assunto:
AQUISICAO DE UM GERADOR DE ENERGIA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1508/2011
Interessado:
DR. PAULO ROBERTO MARQUES DOS ANJOS, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO DIARIA(S)
Assunto:
DESLOCAMENTO POR ACUMULACAO DE PROMOTORIA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1507/2011
Interessado:
DR. PAULO ROBERTO MARQUES DOS ANJOS, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO DIARIA(S)
Assunto:
DESLOCAMENTO POR ACUMULACAO DE PROMOTORIA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1506/2011
Interessado:
DR. FABIO ROCHA CABRAL VASCONCELOS, PROCURADOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO AUTORIZACAO
Assunto:
PAGAMENTO DE VERBA REMUNERATORIA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1505/2011
Interessado:
DRA. RITA DE CASSIA DE AGUIRRE STECCONI SILVA, PROMOTORA DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO DISPONIBILIZACAO DE VEICULO
Assunto:
DESLOCAMENTO A SAO MIGUEL DOS CAMPOS
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1504/2011
Interessado:
VICTOR HUGO L. PIERRE, CHEFE DE SECAO DE PAGAMENTO
Natureza:
REQ. CONVOCACAO PARA DEVOLUCAO DE VALORES
Assunto:
RECEBIDOS INDEVIDAMENTE POR ERRO NO SISTEMA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1502/2011
Interessado:
MANOEL FERREIRA DE FRANÇA
Natureza:
REQ. ISENCAO DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE
Assunto:
COM FUNDAMENTO NO ART. 6º, XIV, LEI 7713/88
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1503/2011
Interessado:
AMPAL - ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
Natureza:
INFORMANDO LIBERACAO DE PECULIO
Assunto:
E REQUERENDO DESCONTOS NOS VENCIMENTOS
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1511/2011
Interessado:
DR. FABIO VASCONCELOS BARBOSA, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
ENCAMINHANDO INFORMACOES
Assunto:
EM ATENCAO AO OF. Nº 243/PGJ/CG
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1510/2011
Interessado:
GRUPO ESTADUAL DE COMBATE AS ORGANIZACOES CRIMINOSAS - GECOC
Natureza:
ENCAM. TERMO DE DECLARACOES
Assunto:
REMESSA A PJ CRIMINAL DE ATRIBUICAO NAO PRIVATIVA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

CAMILA FREIRE CAVALCANTI VILELA
OFICIAL DE APOIO ADMINISTRATIVO